
Entrevista realizada em 6 de maio de 2015, no escritório do entrevistado em Brasília, por Gunter Axt.

FRANCISCO LEITE CHAVES



Francisco Leite Chaves nasceu em 7 de maio de 1929, em Itaporanga, na Paraíba. É filho de José Fiúza Chaves e de Maria Ernestina Chaves. Casou-se com Zélia Marinho Leite Chaves. Seu irmão, José Leite Chaves, foi deputado estadual; seu primo, José Gomes da Silva, governador da Paraíba. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, à época Universidade do Brasil, em 1956. Em 1958 concluiu, ainda, doutorado na mesma Universidade. Em novembro de 1974, pela legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), concorreu ao Senado, elegendo-se e assumindo o mandato em fevereiro do ano seguinte. Em 1982, filiando-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), foi eleito suplente do senador Álvaro Dias, pelo Estado do Paraná. Foi, novamente, entre 1987 e 1995, eleito senador pelo Paraná. Em 10 de abril de 1986, foi nomeado pelo presidente da República, José Sarney, procurador-geral da Justiça Militar, permanecendo no cargo até 18 de março de 1987. Advogado de carreira do Banco do Brasil, aposentou-se da Diretoria Jurídica. Integrou a delegação brasileira, na qualidade de observador parlamentar, à *XXXII Assembleia da Organização das Nações Unidas* (ONU), em 1977.

Memória MPM – *O senhor é natural de onde?*

Francisco Leite Chaves – Itaporanga, Paraíba.

Memória MPM – *O senhor estudou na Paraíba?*

Francisco Leite Chaves – Sim. Comecei lá o curso de Direito, concluído no Rio de Janeiro, na Faculdade Nacional de Direito. Bacharelei-me em 1956 e finalizei o doutorado em 1958. Então, só existia doutorado no Rio de Janeiro. Para se matricular era preciso ter uma média alta no Bacharelado, ou um exame de suficiência aplicado a critério da Congregação. Havia professores excepcionais, como Francisco Campos, Nuno Lisboa, Haroldo Valadão, Hélio Tornaghi... Um ambiente, intelectual e jurídico, fantástico!

Memória MPM – *Hélio Tornaghi fez o projeto do Código de Processo Civil a pedido do presidente Jango...*

Francisco Leite Chaves – Um civilista de alto nível, mas como não apareceu concurso para a sua área, ele fez para Direito Penal, Processo Penal. Além deles, tive aulas também com o Santiago Dantas. O Pedro Calmon era catedrático de Direito Público Constitucional, mas não cheguei a ser aluno dele. Nossa cerimônia de formatura foi emocionante. O Teatro Nacional se engalanava de guirlandas vermelhas para receber as famílias dos formandos. Pedro Calmon foi o patrono, orador fluente e envolvente. Historiador que era, lastreou sua fala na história das becas, como forma de transmitir aos bacharelados os valores do Direito e da vida cívica. Com analogias expressivas, relacionou o vermelho da pedra do anel do grau ao sangue dos mártires, remontando à morte de Santo Ivo, padroeiro dos advogados. Assassinado em Viena, conta a história, ele sangrava, e aquele sangue se avolumava na

medida em que descia ladeiras e foi por essa razão que se introduziu no anel o vermelho do rubi, em homenagem ao sangue dos mártires, tendo como patrono Santo Ivo. Concluía emotivo, de modo eloquente: “Entre as galas da missa festiva, e as solenidades de colação de grau, está você, bacharel da pátria!”. Nesse momento, era ele reitor da Universidade do Brasil.

Memória MPM – *O senhor recorda a temática do seu doutorado?*

Francisco Leite Chaves – Foi em Direito Penal, sobre o crime estático, um tema raro e difícil. No meio do doutorado, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação mudou as regras da pós-graduação, considerando doutores aqueles que haviam concluído os créditos e entregado a tese, tornando dispensável a defesa que, por isso, não cheguei a fazer. Aliás, eu sempre desejei apanhar meu diploma de conclusão, mas os anos passaram... Havia tantos afazeres!

Nessa oportunidade, eu já era funcionário do Banco do Brasil, trabalhando como parecerista da SUBOP. Pegava o bonde 29 todo dia e ia para a Faculdade, na rua Moncorvo Filho. Às vezes não dava nem tempo de lanchar.

Eu tinha o propósito, nessa época, de ir para Brasília, pois a Capital Federal estava emergindo. Mas o Haroldo Valadão, professor de Direito Internacional Privado, falava de Londrina, no Paraná, e comecei a achar interessante a perspectiva de ficar uns dois anos lá, antes de ir para Brasília, o que aconteceu 16 anos depois, como senador pelo Paraná.

Memória MPM – *Pelo Banco?*

Francisco Leite Chaves – Como advogado do Banco. O chefe do Contencioso era o João Neves da Fontoura.

Memória MPM – *Isso mesmo, o João Neves da Fontoura atuou algum tempo no Banco. Como era a convivência com ele?*

Francisco Leite Chaves – Grande orador, da geração de revolucionários de 1930. Um senhor muito cortês. Já estava com problemas auditivos nessa época. Era educado e inteligente, refinado e sério. Era um homem muito respeitado.

Memória MPM – *E Londrina?*

Francisco Leite Chaves – Um dia chegou um sujeito bem míope, perguntando pelo Chaves. Era Amaury Costa. Explicou que era advogado do Banco em Londrina, que a cidade era interessante, mas o excesso de pó vermelho provocava forte alergia na esposa, de forma que o casal estava querendo se mudar, mas somente o conseguiria se ele fizesse uma permuta. Bem, aquilo veio ao encontro do que eu estava imaginando. Ele me ofereceu a própria casa, que já estava mobiliada, de forma que eu nem precisaria procurar um imóvel para me instalar. Também falou que me repassaria os clientes que tinha no escritório de advocacia, tal como uma cervejaria grande que havia lá. Recusei, dizendo que poderia trazer a esposa para o Rio, indo eu, com a minha, para Londrina, dispensando as oferecidas vantagens, o que foi uma pena, pois, pelo vertiginoso crescimento foi difícil alugar casa na cidade, mesmo com a interferência do Banco. Convenci a direção da Casa que era importante que eu exercesse a advocacia, porque no instante em que eu tivesse apenas a defesa dos assuntos da instituição, seguramente viraria um funcionário público, o que me deixaria mais enclausurado, com menos capacidade de mobilização para vencer as causas em favor do Banco. Eu me empenhava nas rápidas soluções das causas do Banco para ter tempo para as

minhas próprias. Quando fui eleito senador, em 1975, havia tido cerca de seis mil causas, contando com as do Banco.

Foram vários casos interessantes, com destaque, talvez, para os internacionais, como o do Gero von Gevernitz, na Alemanha, de Direito Internacional Privado, muito sugestivo por se tratar de um alemão, morando nos Estados Unidos, que deixou um testamento público em Berlim e um codicilo nas Ilhas Canárias, possessão espanhola. Deixou uma filha chamada Tanja Von Pascalle, com uma nobre alemã, condessa Valerie, com quem mantinha uma relação estável. Como testamenteiro nomeou o presidente da Suprema Corte Alemã e diversos outros magistrados e juristas em diversos países europeus para os bens aí localizados. De refinado gosto artístico, um desses testamenteiros ficou encarregado de distribuir, entre seus amigos, ao gosto de cada um, as inúmeras obras de arte que possuía, entre elas, ícones russos do século XIII, em ouro. Para que a filha e a companheira melhor se aquinhoassem, invoquei, como advogado, a *lex rei sitae* para os bens no Brasil (diversos deles, inclusive uma grande fazenda de café, em Apucarana/Paraná, dos quais era administrador o conde Janos Deseufy, de origem húngara. Gero Gevernitz havia tempo tinha se transferido para os EUA, em razão do nazismo. Milionário e muito culto, foi convidado por Fuster Dulles, então secretário de Estado, para com o irmão deste, Allen Dulles (primeiro diretor da CIA) participar de uma missão secreta, a fim de que obtivessem a rendição dos generais alemães não nazistas, no norte da Itália, o que aconteceu antecipadamente pelas reuniões mantidas na Suíça, em Castelo do Gero. Em razão do sucesso da operação, escreveram, em 1960, o livro *Secret Surrender*, publicado no Brasil com o título *Rendição Secreta*

Noutro caso, em 1988, falei na Suprema Corte de Israel, em defesa de uma criança, Bruna Vasconcellos, que fora raptada em 1986 em Curitiba,

aos quatro meses de idade, pela babá, ligada a uma quadrilha internacional, e vendida para um casal, os Tourdjmane, ou Turgeman, de Israel. Em Jerusalém atuei como advogado da família, gente simples, a pedido da Assembleia Legislativa do Paraná. Levei para aquela Corte uma mensagem do presidente da República, Sarney, na época, para me habilitar junto à mesma. Com procuração da família, apresentei-a ao secretário e o problema que se criou foi em torno da língua, pois um tradutor para o hebraico precisaria ser agendado com dois dias de antecedência: a língua oficial na Corte é o hebraico, vedado qualquer outro idioma, inclusive o inglês. Pedi para falar com o presidente da Corte, que encontrou uma solução, indicando para a função de intérprete um advogado da televisão inglesa que estava lá – porque o caso repercutiu no mundo inteiro e os ingleses haviam feito um elaborado documentário –, tendo, até mesmo, custeado a viagem da mãe biológica da Bruna a Israel. Houve um momento em que a causa nos pareceu perdida diante de um empolgante discurso de um dos advogados da família que adotara a Bruna em Israel, sustentando que se ela retornasse ao Brasil correria o risco de se tornar uma criança malnutrida, vivendo em uma favela, sendo que em Israel ela estava crescendo com toda a assistência, frequentaria as melhores escolas, etc. Havia sido inclusive pré-alfabetizada em hebraico e a mãe biológica não entenderia nem mesmo quando ela pedisse um copo de água no voo de regresso ao Brasil.

O advogado da televisão inglesa era mais técnico, prático, e ficou desnorteado com essa linha de argumentação. Foi quando pedi a palavra, entendendo que minha cliente estava em risco. Reconheci que a criança estava sendo muito bem-tratada em Israel e que provavelmente teria um futuro assegurado naquele país, o que, no Brasil, talvez fosse incerto. E contei, então, a história de um menino judeu que, logo depois da criação do Estado de Israel,

foi levado aos Estados Unidos pelo bem-aquinhoado avô, lá residente, que não concordava com a educação que o pai estaria dando ao seu neto. O pai, que ficara em Israel, recorrera àquela mesma Corte solicitando o direito de criar o filho em seu país, apesar de, nos Estados Unidos, o menino ser herdeiro de uma fortuna: “Vossas Excelências, retruquei, determinaram então a volta do menino, e numa situação muito difícil, pois Israel estava isolado, cercado de inimigos, tendo como único aliado internacional expressivo justamente os Estados Unidos”. Disse mais: “um país que em tais circunstância determina a volta da criança para Israel não poderia negar a de Bruna para o Brasil”. Registrei ainda que anos mais tarde, em 1967, na Guerra dos Seis Dias, quando a Força Aérea egípcia, apoiada pelos demais países árabes, ameaçava destruir Israel, alvitrou-se, como ousada estratégia de defesa, um ataque preventivo e arrasador contra as bases inimigas. Para isso, os aviadores de Israel precisaram voar baixo, a seis metros de altitude sobre o Mediterrâneo, para evitar os radares, numa empreitada arriscadíssima. Lograram êxito, destruindo a poderosa aviação egípcia ainda em terra. No comando da tropa estava Shumacker, a criança resgatada do solo americano. Corte qualificada, como jamais vira, recruta seus ministros dentro deste critério, na ocorrência de vagas: quem é o melhor do mundo nessa matéria jurídica? Às vezes é um ministro aposentado da Corte alemã, francesa, russa ou americana ou mesmo um grande jurista de fama internacional, conquanto judeu. Em minha defesa, ao sair da Corte, levei a impressão de que falara perante juízes sábios, dentre todos os que até então conhecera.

Ao repatriarem Bruna, os juízes da Suprema Corte de Israel repetiram o gesto de Salomão, na Antiguidade. Das centenas de crianças raptadas até então, foi ela a primeira a ser devolvida ao Brasil, sob a égide de um sentimento milenar de Justiça

Outro caso, também em Israel, foi a libertação de Lâmia Maruf, ali condenada à pena de prisão perpétua. Essa jovem brasileira apaixonou-se por Tawfic Abdallah, um primo palestino em visita ao Brasil. Casaram-se, passando a morar em Jerusalém. Sem habilitação, ele lhe pediu para alugar um carro de que se serviu, em companhia de outrem, para dar carona a dois soldados israelenses, matando-os. Em 1986, dois anos depois do assassinato (um dos soldados chamava-se David Manos) o marido e o amigo foram presos e condenados à morte e Lâmia, à prisão perpétua por participação criminosa.

Visitei-a na prisão de Hamla, no deserto. Apareceu lívida, com os cabelos extremamente longos, quase arrastando-se no chão. A uma pergunta, respondeu que as presas judias se recusavam a cortá-lo. “Nem sequer me tocam”, acrescentou. A sua condenação era já definitiva, não me restando vez processual para defendê-la, como me pedia o Senado, por meio de seu presidente, o então senador Mauro Benevides.

De volta ao Brasil, dei início a uma gestão consular, convencendo o embaixador de Israel que o presidente da República, na época Fernando Henrique, jamais visitaria aquele país, enquanto ali estivesse presa, em prisão perpétua, uma brasileira, a primeira em toda nossa história.

Interessado na visita presidencial já marcada e, por isso, sistematicamente adiada, o governo de Israel, por meio das gestões de seu embaixador aqui, terminou por soltá-la. Recebi-a em Brasília em seu retorno ao país. Depois de onze anos de prisão e em razão de um acordo entre Binyamin Netanyahu e o líder palestino, Yasser Arafat, ela foi posta em liberdade, vivendo com a filha em São Paulo, onde moravam os pais.

Pela singularidade de Londrina, cosmopolita, e por pertencer aos quadros da *Inter-American Bar Association* (Associação Interamericana de Advogados), diversos outros casos no Exterior tive de patrocinar, como no México e Estados Unidos, o que me ampliou a visão de senador-constituente e procurador-geral da Justiça Militar.

Memória MPM – *E o Sindicato dos Bancários? O senhor chegou a ser detido em 1964, não é?*

Francisco Leite Chaves – Quando, vindo do Rio, cheguei a Londrina, como advogado do BB [Banco do Brasil], fui convidado para assumir a presidência do Sindicato dos Bancários, sob o argumento de que funcionários de outros estabelecimentos eram sempre demitidos quando aceitavam o encargo. Os do BB eram a exceção, o que me levou a aceitá-la.

Em razão disso veio a minha prisão em 1964, juntamente com prefeitos, deputados, professores e diversos profissionais. Fiquei no quartel por 15 dias, sendo solto pouco depois, sem inquérito e sem que me dissessem o motivo da prisão.

Memória MPM – *Como foi a prisão?*

Francisco Leite Chaves – Pois é, depois de algum tempo preso eu pedi para saber, afinal, o que havia contra mim. Qual era a denúncia? “Não existe nada contra o senhor, a não ser aquele discurso no aniversário do irmão do ministro Amaury Silva, no quartel, desapontando os oficiais.”

Dias depois reivindiquei direito a parlatório. “O que é isso?”, indagou o major. “Sendo preso e casado tenho o direito de ficar com minha esposa, uma vez por semana.”. Depois que falou com o coronel, perguntou onde estava

minha esposa. Disse que no Hotel Braz, em Curitiba. Soltaram-me para voltar em três dias. Findo o prazo, telefonei, para acerto da hora do retorno. Disseram-me para ir embora, pois o quartel já não tinha condições de manter a prisão porque o governador não estava pagando a “boia”.

Fui embora, mas na minha ausência vasculharam o Sindicato. Não sofri constrangimento maior pelo fato de os cheques emitidos trazerem no verso sua finalidade: “Cr\$ 2,50, destinado à compra de uma vassoura para o banheiro do Sindicato” e, assim, em todos, sucessivamente.

Memória MPM – *O senhor se tornou empreendedor mais tarde, não é?*

Francisco Leite Chaves – Sim. O primeiro *shopping center* do país foi inaugurado em São Paulo, em 1966 – o Iguatemi. O segundo, por mim, em Londrina, em 1973, denominando-se *Com-Tour Londrina Shopping Center*. Foi um sucesso, por ser modalidade comercial até então desconhecida, no Paraná e no Brasil. Foi, também, o primeiro, na América Latina, a ter registro no Conselho Internacional de *Shopping Centers* (ICSC), nos Estados Unidos, onde apareceram e foram regulamentados.

Memória MPM – *Como é que o senhor entrou na política e como surgiu a candidatura ao Senado?*

Francisco Leite Chaves – O primeiro motivo foi aquela prisão, que me fez conhecido, marcando-me como opositor ao regime. O MDB, por sua vez, não tinha candidato ao Senado, carecendo de alguém que desse sentido e organicidade à campanha. Os líderes mais visíveis do partido, que não passavam de dois, tinham possibilidade de se elegerem deputados federais, não havendo necessidade de irem para o sacrifício, que sobrou para mim.

Organizei a campanha de sorte a visitar todos os municípios, começando pelas estradas de terra. Quando as chuvas chegassem, entraria no asfalto e foi o que ocorreu, dando-me a possibilidade de visitar o Estado, na totalidade.

Ao tempo, a Arena, partido do governo, detinha a maioria esmagadora dos cargos eletivos no Paraná: 95% dos prefeitos e 90% dos vereadores, além do governador, por ele nomeado, e de todos os cargos do Executivo. O MDB era uma ilusão, uma oposição consentida. Sendo profissional liberal, poderia correr o risco, argumentavam. Todos me aceitaram, homologando-me na Convenção. No início, resisti à ideia, aceitando-a, depois, para mostrar na campanha o desastre da continuidade sem-fim de um regime ditatorial; a situação miserável dos boias-frias, mortos nos caminhões paus de arara, às vezes transfixados pelos seus próprios instrumentos de trabalho. A exploração sem-fim do consumidor, que às vezes se submetia ao logro de comprar o mesmo produto, com menor volume e mesmo rótulo, sem fiscalização do governo e, menos ainda, da Defesa ao Consumidor. Na TV cheguei a mostrar duas latas de azeite, iguais em tudo, menos no tamanho, pelo mesmo preço. A repercussão foi enorme.

Dessas discussões e sugestões populares foi que surgiu o meu primeiro projeto no Senado, protegendo de impenhorabilidade a casa própria (Projeto-Lei nº 41/75, publicado no DCN em 04.10.75, que deu ensejo à Lei 8.009/1990).

Falava, às vezes, ao longo das estradas e até mesmo dentro dos cafezais; bastava que houvesse gente.

Apesar das entrevistas, elas nunca eram publicadas, até que chegou um convite de uma TV em Curitiba para uma entrevista no programa *Grandes*

Encontros. Foi um logro. Queriam que eu entrasse no programa com um papagaio no ombro pois não admitiam um candidato sem símbolos, dizendo: “O Janio tinha a vassoura; nos Estados Unidos, o Partido Democrata tinha o burro, o Republicano, o elefante...”. O estado-maior do partido opositor tinha preparado o ambiente para mostrar-me como um candidato ridículo. “O ‘homem do Papagaio’: dá cá o pé, meu louro.”.

Recusei-me a entrar no programa. Como já estava no ar, concordaram em retirar o papagaio, vindo a primeira pergunta: “O senhor já foi vereador, prefeito, deputado? Nem governador?” À minha negativa à provocação: “É muito ousado, não tendo sido nada, quer ser senador pelo Paraná?”, ao que respondi: “O que diz a Constituição? Para ser senador basta que o candidato seja brasileiro, maior de 35 anos, eleitor... aqui estão os meus documentos.”. Mostrei-os. Outras se seguiram nesse diapasão.

Aquele instante, que poderia ter sido a morte de minha candidatura, tornou-se o seu berço, eis que o sul do Estado, onde eu não era ainda conhecido, consolidou-se como base de entusiasmante apoio. Ao sair do programa, esperava-me uma multidão, e foi onde terminei por fazer o meu primeiro comício em Curitiba. A maquinação adversa terminou por consolidar a minha eleição.

Memória MPM – *Sim, entrar com o papagaio ainda...*

Francisco Leite Chaves – Papagaio! Onde anda o “papagaio”? [risos]. Bem, removeram o papagaio! Foi condição para a entrevista de cuja maldade ali me apercebera.

Memória MPM – *O senhor assumiu em 1975?*

Francisco Leite Chaves – Sim, 1975. O meu primeiro projeto foi o de nº 41/75, que torna impenhorável a casa própria, convertido, anos depois, na Lei 8.009 por força de medida provisória. Explica-se. O Sarney, quando senador, era entusiasta do projeto, apoiando-o nas discussões. Em uma das visitas que lhe fiz, como presidente da República, perguntou-me: “Chaves, como vai o nosso projeto do ‘*Home-stead*’, ou seja, o ‘Bem de Família?’”. “Não passa, Sarney, os banqueiros não deixam, pois a garantia mais efetiva para eles é uma residência familiar sob ameaça de penhora. Por que você não edita uma medida provisória inspirada no projeto?”, retruquei, ao que ele indagou se era matéria urgente e relevante para ensejar a sua aprovação. Disse que, além de ser, teríamos o apoio do MDB e da parcela já convencida pelas sucessivas discussões do meu projeto.

Encaminhou a medida ao Congresso, que somente veio a ser aprovada depois que saiu da presidência, no governo do Collor, pela seguinte razão: em discórdia com ele, os banqueiros de São Paulo deixaram de fazer *lobby*, o que ensejou a aprovação da MP, sancionando-a o senador Nelson Carneiro, então presidente do Congresso, em 1990, com o nº 8009. Enviei para o Sarney, já no Maranhão, o Diário Oficial, com a publicação.

Memória MPM – *Pode contar para a gente o episódio Herzog?*

Francisco Leite Chaves – Nós estávamos em Plenário quando chegou a notícia da morte do Herzog, enforcado, num suposto ato de suicídio. Mas havia a denúncia de que ele fora torturado e, como gritara muito, teriam posto uma bola de pingue-pongue na sua boca, com a qual teria se engasgado e perecido, seguindo-se a simulação do suicídio. Pedi um aparte em meio aos debates. O aparte foi dado nesses termos: “A nosso ver, e dos homens

de responsabilidade deste país, há uma coisa extremamente grave, além do desrespeito à vida e à liberdade: é a colocação do Exército Nacional nisto. É ele uma organização muito séria; tem que merecer o respeito do país, porque não pertence – como já dissemos aqui – nem à ARENA, nem ao governo, nem ao MDB, mas à pátria; ele tem que ser intocável. Não se pode colocar uma corporação de desígnios tão elevados, num movimento de repressão. Quando Hitler praticava seus ignominiosos crimes não usava o Exército; para tanto criou a “SS”, vestindo-a de negro, para não comprometer as suas corporações...”.

Alguém do Serviço Secreto, presente à sessão, levou-o ao general Sylvio Frota, então ministro do Exército, potencial candidato à sucessão do Geisel e com ele dissidente, deste exigindo a minha cassação. Por interferência de Petrônio Portela, líder do governo, e de Franco Montoro, do MDB, com a aquiescência de Geisel, conduzida por Armando Falcão, resolveu-se o caso mediante uma declaração minha em Plenário, que foi tomada como retratação.

O surpreendente é que, em razão da censura, nenhum jornal do país publicou o aparte, enquanto o fizeram com destaque os jornais americanos e alguns da Europa. A mídia do país desconhecia o *affaire* da cassação, enquanto que aqueles estavam sobre ele tão informados que foram os primeiros a me visitar, no gabinete. Buscavam informação quando, eu mesmo, de nada tinha conhecimento, ou seja, da articulação cassatória de meu mandato.

A linha dura – SNI e Sylvio Frota – queria o fechamento do Congresso. O meu caso não passava de um pretexto. Não fora a intervenção parlamentar das lideranças e, até certo ponto, a minha experiência nos embates forenses, o resultado poderia ser bem outro, como tantas vezes acontecido.

O exercício do mandato, naqueles tempos, não era tarefa simples. Qualquer coisa dita e mal-interpretada poderia resultar em cassação. Mesmo com a votação excepcional que eu tivera, fazer política junto às bases eleitorais poderia sugerir liderança, tendo como consequência a cassação do mandato e interdição de direitos. Ficávamos meio isolados em Brasília. Os dezesseis senadores da bancada do MDB, por isso, se uniram, atuando harmonicamente. A mídia, censurada, só nos noticiava de fatos eleitoralmente negativos ou ultrajantes. Até mesmo sobre projetos de lei caía o silêncio, como naquele meu, da casa própria. E isto apesar de seu alcance e relevância sociais.

Foi com essa cautela inicial, com tantas cassações, que chegamos aos nossos objetivos de luta, que eram a revogação do Decreto 477 que tolhia estudantes; do AI-5, que amordaçava o país, chegando depois às “Diretas Já”, à eleição de Tancredo, à Constituinte, e à Constituição, na qual demos independência e poderes ao Ministério Público, sem o que não teríamos a limpeza do “Mensalão”, da “Lava a Jato”, do surgimento da opinião pública, hoje nas ruas do Brasil.

Memória MPM – *Antes do senhor, o Dr. George Tavares assumiu a Procuradoria, entre abril e dezembro de 1985...*

Francisco Leite Chaves – Sim, ilustre advogado do Rio de Janeiro...

Memória MPM – *Como foi esse convite? O senador Paulo Brossard era o consultor-geral da República em 1985, não é?*

Francisco Leite Chaves – Sim. Em fevereiro de 1986 ele foi nomeado ministro da Justiça. O Brossard é que me convidou. Disse que gostaria que eu aceitasse, porque era preciso alguém com independência

naquela fase de transição. Eles achavam que, na época, o procurador-geral ficava muito sujeito à égide militar e que era preciso criar uma nova realidade, uma nova dinâmica institucional.

Memória MPM – *Quais foram as suas realizações como procurador-geral da Justiça Militar?*

Francisco Leite Chaves – Havia uma rotina de condenações, acusações a que dei cumprimento, na medida de minha percepção de Justiça e com absoluto cumprimento dos prazos.

Memória MPM – *Em 1986, o senhor organizou o **Primeiro Encontro Nacional de Procuradores de Justiça Militar**. Como foi? É interessante isso, porque o senhor não era de carreira, mas promoveu um evento que foi marcante para a organização da instituição.*

Francisco Leite Chaves – O pessoal era de excelente qualidade, preparado, mas havia grande distanciamento entre o procurador-geral e os membros da instituição, inclusive entre eles mesmos (*corpus constat*). A Corte Militar é, por sua vez, organização de regras rígidas, e não poderia ser diferente, eis que além do Direito, cuida da hierarquia e disciplina da tropa. O seu exemplo, seja, a sua compostura, impõe-se tanto quanto as decisões que profere. Nestas colocam não apenas a lei militar, mas a experiência de toda uma vida de caserna. E não é por outra razão que ali chegam na ativa e no último grau da carreira. Ao chegarem à Corte, já tinham sido professores, comandantes da oficialidade e da tropa, adidos e observadores militares em outros países. É tanto o respeito que os ministros militares, quando existiam, miravam-se no seu exemplo e, às vezes, não fugiam ao padrão de comportamento e aprumo em suas decisões. Para atuar a esse nível, a Procuradoria da Justiça Militar não

poderia fugir a esses padrões. Foi por isso que procuramos elevar a grau de excelência dos seus membros, sobretudo dos seus procuradores. Sendo o único Tribunal no país a aplicar, em tempos de guerra, a pena de morte, a Corte não poderia dar-se ao luxo de diferente conduta.

Ao voltar ao Senado, para cumprimento de meu segundo mandato, dei testemunho dessa realidade. Na Constituinte, defendi a Justiça Militar como instante alto de manutenção da ordem e da democracia. Alguns setores constituintes pretendiam eliminá-la na nova Constituição, sob a desculpa de constituir-se, ela, em fonte de privilégio no julgamento da oficialidade. Provei o contrário. Ali, quanto mais alto o posto, mais dura a pena. Os tribunais civis jamais teriam condições de, a contento, exercer tal múnus.

Para avaliar hierarquia e disciplina militares, é preciso vivenciá-las e, por anos, tanto como comandante quanto, sobretudo, como comandado. No *front*, não se sabe o que é mais difícil: cumprir o soldado a ordem de avançar para a morte ou, o ministro, a ela condená-lo. E tudo *in loco*, no fragor da luta. Ali, não observam apenas preceitos de julgamento, também modos sociais.

Um caso. Ao voltarem da presidência, de uma solenidade de entrega de espadas aos novos generais, os ministros indagaram-me sobre o Collor, então presidente. Estranharam que não os cumprimentasse, como de costume, limitando-se a um leve e distante aceno de cabeça. Postura imperial, arrogante, foi o que acharam.

Tenho certeza de que nisso ficou a observação, mas não tenho dúvida de que outros setores da ativa tomaram conhecimento do episódio, bem antes do *impeachment*. Dele não participaram, ao que sei, mas nada fariam para evitá-lo.

Voltando à Procuradoria. Na solenidade de entrega das Carteiras, vestido com a Beca das Solenidades de Julgamento que me fora presenteada pelo Banco do Brasil, de cujo quadro sou advogado, hoje aposentado, fiz uma pequena saudação sobre as nossas responsabilidades, inclusive sobre o uso da Carteira de Procurador, a única que permite livre acesso a qualquer quartel militar, a qualquer hora, mediante simples apresentação.

Memória MPM – *Sua gestão repercutiu muito na imprensa em função da iniciativa no sentido de reabrir o caso Rubens Paiva, não é?*

Francisco Leite Chaves – Reabri o caso. Em setembro de 1986, após a afirmação do médico, Amílcar Lobo, de que o deputado morrera em função de torturas sofridas nas dependências do DOI-Codi, tomamos conhecimento de outra revelação esclarecedora.

Enquanto os militares negavam e repeliam a versão do médico, divulgavam a seguinte: “que no momento em que o Rubens Paiva estava sendo transferido de uma instalação para outra, a viatura havia sido abordada por um *Volkswagen* com três ocupantes armados que teriam rendido a escolta e com ele fugido, sem localização até o momento”.

Uma testemunha compareceu à Procuradoria do Rio, dizendo que o corpo de Rubens Paiva fora sepultado em uma praia, no Recreio dos Bandeirantes, depois de transportado em um camburão a partir de Jacarepaguá. O enterro ter-se-ia dado em 1970, em área desabitada daquela praia.

Bem, com esses elementos, eu poderia reabrir o inquérito. Afinal, para os militares, o Rubens teria desaparecido enquanto estava sob

custódia de agentes do Poder Público e como os supostos sequestradores eram desconhecidos, o crime não se enquadraria na Lei de Anistia. O procurador do Rio temia reabrir o inquérito, com receio de represálias, tendo a Procuradoria-Geral de o fazer, como de fato aconteceu.

O Brizola, então governador do Rio, cedeu as máquinas para a escavação. Após tentativas, parte dos ossos foi encontrada e depositada no Instituto de Medicina Legal. Por longo e desnecessário tempo ali ficaram sem que a perícia fosse realizada.

Já estava de volta ao Senado, quando circulou a notícia de que os ossos eram de gaiivota, causando choque aos que os viram depois de exumados, constatando a sua origem humana.

Antes da abertura do inquérito estive com Sarney, para lhe dar conhecimento do fato, embora, por dever de ofício, não necessitasse de autorização. Mas, por envolver explosiva questão política e por integrar o governo, em cargo de confiança, era recomendável essa providência. Também por lealdade, pertencendo ambos ao mesmo partido.

Na mesma ocasião dei-lhe conhecimento do processo que estava requisitando contra o Lula que, em flamejantes entrevistas lhe dirigira injúrias, as mais graves, incluindo os familiares. Disse-lhe que, pelo alcance e gravidade, o fato ultrapassara os limites da pessoa para alcançar a figura do presidente, deslocando-se a apuração criminal para nossa esfera, qual seja, da Procuradoria. Sarney pediu que deixasse de lado o caso Lula, mas que poderia prosseguir com o do Rubens Paiva. Fiquei surpreso. Jamais vira gesto de tamanha tolerância e leniência.

Memória MPM – *No dia 18 de março de 1987, quando o senhor voltou ao Senado, os jornais repercutiram que o senhor responsabilizou cinco militares pela tortura, morte e sepultamento ilegal de Paiva. Na oportunidade, o senhor também criticou o comandante do Leste por não responder ao inquérito reaberto.*

Francisco Leite Chaves – Não chegou a haver denúncia, pelo que me recordo. Eu não acompanhei o desdobramento do inquérito.

Memória MPM – *Pouco depois, o general Sylvio Frota representou contra o senhor.*

Francisco Leite Chaves – Foi uma queixa no Supremo Tribunal Federal em maio de 1987. Ele negou responsabilidade no acobertamento da morte do Paiva durante seu comando no Leste, no Rio de Janeiro. O Supremo arquivou a queixa por falta de provas e fundamentos, sendo relator do caso o ministro Aldir Passarinho.

A birra do Frota foi outra e anterior, tendo relação com aquele aparte de 1975 que dei no Plenário do Senado, denunciando a morte do Herzog, em quartéis de São Paulo, por tortura.

Memória MPM – *O senhor conseguiu contar com colaboração da classe durante o período em que atuou como procurador-geral ou encontrou resistências?*

Francisco Leite Chaves – Nenhuma resistência. Tampouco de parte dos ministros, com os quais, a convite, sempre lanchava no intervalo das sessões. Não tive convivência mais próxima com eles, mas a relação era cordial. Inclusive, morávamos todos no mesmo prédio funcional de apartamentos. Trabalhávamos no mesmo prédio, pois a Procuradoria-Geral ocupava um andar na sede do Tribunal Militar. A independência, na prática,

era grande. O clima ficou um pouco mais tenso depois que reabri o caso Rubens Paiva. Aí começamos a sentir certos sinais para que deixássemos o prédio e tivéssemos nossa própria sede, o que, aliás, foi mesmo uma medida adequada. O caso Rubens Paiva tomou outra conotação, o que não teria acontecido se antes de o requisitar lhes tivesse dado conhecimento como me propunha, mas, por falha, deixou de acontecer.

Memória MPM – *O senhor foi substituído pelo Eduardo Pires Gonçalves, irmão do ministro Leônidas Pires Gonçalves, e que era da carreira. O Pires Gonçalves teria assumido com a missão de arquivar o caso?*

Francisco Leite Chaves – Bem, o ministro Leônidas tinha muito prestígio com o Sarney, até porque ele fora agente-chave para a concretização da transição e para a garantia da posse do presidente, depois da doença e morte do Tancredo. Eu nada tinha contra o ministro Leônidas, mas não privávamos de nenhuma relação. De fato, me sondou sobre essa possível indicação do irmão para o meu lugar, não havendo entusiasmo de minha parte, sobretudo pelos boatos de que viria para arquivar o caso do Rubens Paiva

Memória MPM – *O senhor acha que a sua passagem pela Procuradoria-Geral de Justiça Militar foi importante para ajudar a operar a transição do regime militar para a Nova República?*

Francisco Leite Chaves – Sem dúvida. O Sarney tinha uma boa perspectiva do que precisava ser feito para que o país tivesse uma transição tranquila para a vida democrática, evitando exacerbar conflitos. E olha que ele foi bastante atacado e questionado, como no caso Lula, de que já falei.

Memória MPM – *Há um discurso seu no Senado, de 1981, que repercutiu na imprensa, no qual o senhor diz mais ou menos que seria necessário que a esquerda mais radical se acalmasse, não fosse tão afoita, porque a precipitação poderia gerar retrocesso e reação da extrema direita militar. Isso coincidia com o episódio do Riocentro. O senhor se recorda desse discurso?*

Francisco Leite Chaves – Do discurso em si, não, mas da ideia, sim. A ameaça de retrocesso era permanente. Os militares saíram com a certeza de voltar. Então, determinados excessos e precipitações poderiam ser usados contra o processo de abertura e de afirmação da democracia. Era difícil, para todos, sabermos a justa medida do que podia ou não ser feito e tolerado. Contribuía para a construção desse caminho uma boa convivência entre os senadores. Não havia hostilidade. Sarney, Jarbas Passarinho, Petrônio Portela, conversávamos, havendo entendimento. Os senadores se preocupavam em não exacerbar as hostilidades que se verificavam na Câmara. O Senado desempenhou um papel fundamental na transição com a moderação que foi construída a partir dessa interlocução e dessa cordialidade.

Em 1978, realizou-se em Curitiba aquela importante *Conferência Nacional dos Advogados*, organizada pela OAB. Lá estiveram grandes nomes do mundo jurídico brasileiro como Pontes de Miranda – com quem eu conversei longamente –, o Seabra Fagundes. O Raymundo Faoro presidia o Congresso. O Petrônio foi incumbido pelo Geisel de conversar com os juristas. A iniciativa pessoal do Geisel, de fazer a abertura, foi muito importante. E acho que o caso do Herzog foi um divisor de águas, porque ali o Geisel se convenceu de que não era mais possível manter o arbítrio. As coisas teriam degradingolado se tivéssemos, no comando, militares sem capacidade de contenção, como o Sylvio Frota. O próprio Castelo Branco, estou convencido, não desejava a montagem daquela

engrenagem toda na qual se transformou o regime. O Geisel comissionou o Figueiredo para fazer a transição. Incumbiu-o de não deixar o processo de abertura e de transferência do poder aos civis naufragar. Escolheu a dedo. O Figueiredo cumpriu essa missão. Foi fiel ao Geisel. Mas isso tudo a gente pode dizer também olhando para o passado. No calor dos acontecimentos, não se tinha certeza. Temia-se que o Geisel não tivesse força, que uma nova onda de repressão viesse, como ocorreu na Argentina. Foi uma conquista chegar à Constituinte.

Memória MPM – *Como foi a experiência da Constituinte?*

Francisco Leite Chaves – Foi preocupante. Sem anteprojeto, partimos de uma discussão, como se fizéssemos um prédio sem andaimes. A participação popular foi enorme, todos querendo colocar na Constituição a solução de seus problemas. A um tempo, chegamos a desprezar os rigores dos princípios constitucionais para que a Carta fosse promulgada. A pressão das bancadas sindicais era por tal modo densa que, se uma matéria, mesmo de Direito Comum, não fosse acolhida, os trabalhos não andavam. Certa vez, às quatro horas da manhã, aprovada uma emenda, um constituinte levantou uma questão de ordem, indagando seu significado e alcance. Ulisses Guimarães, diuturnamente na presidência, a ela respondeu: “O senhor vá ao Supremo, eles que digam o que significa.”

Ulisses, naquele afinco, parecia antever a morte, sendo a Constituição o seu único e essencial objetivo. De Fernando Pessoa, citava sempre o verso: “Navegar é preciso, viver não é preciso.” Morreu no mar.

Tantos e tão vários foram os direitos criados, que pretendíamos transformar o Supremo em Corte Constitucional, ao que se opuseram, apesar de renovadas reuniões. Já próximo à finalização dos trabalhos percebemos, nós da

Subcomissão do Judiciário, que muitos dos novos direitos criados, sobretudo os difusos, ficaram sem cobertura.

Foi aí que atribuímos ao Ministério Público a responsabilidade de sua defesa, dando-lhe independência e poderes como jamais teve no país. Sem isso, não teríamos nunca o “Mensalão” e, menos ainda, o “Lava a Jato”, renovando e fortalecendo a moralidade e consciência públicas, levando as multidões às ruas, o que está acontecendo, neste instante, em todo o país

Percebendo a heterogeneidade e, às vezes, inconstitucionalidade das normas aprovadas, introduzimos o poder de emendas, que têm salvado e aprimorado a Constituição. Sem isso, ela seguramente já não vigeria.

O importante foi pacificar a nação. Todos tinham de ser ouvidos e foram ouvidos. Num congresso da OAB, aqui em Brasília, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo, fez largados elogios à Constituinte, dizendo que ela merecia uma homenagem, o que “fazia na pessoa do senador Leite Chaves, aqui presente”; me surpreendeu por dois motivos: um, porque tendo participado da sabatina da maioria dos ministros no Senado, era ele um dos poucos que eu não conhecia, embora admirador de suas luzes; e dois, porque ainda estávamos no período de grandes críticas e ataques à Constituição. Só anos depois vim a agradecer sua deferência numa homenagem prestada ao senador Paulo Brossard, ainda vivo, mas, por doença, ausente.

A solenidade foi na IDP, da qual é professor o ministro. Saí com a impressão de que, entre todas, foi a mais organizada e brilhante a que já assistira; sobretudo por ter sido Brossard o conspícuo orador do século, tribuno que, ouvido, convencia e visto, deslumbrava. No período ditatorial três dos seus discursos, proferidos no Senado, em três sessões consecutivas, bastaram para

convencer a nação da inviabilidade do regime e, a este, de que já lhe faltavam forças para a indefinida continuidade.

Memória MPM – *Como o senhor recebeu, como senador, o capítulo sobre o Ministério Público? Essa foi uma das grandes novidades do texto constitucional, não foi?*

Francisco Leite Chaves – Não tive surpresa, pois fui um dos redatores do Capítulo IV que o institui. Com Plínio de Arruda Sampaio, que foi o presidente da Subcomissão do Judiciário, desenvolvi grande esforço para que a instituição gozasse dos poderes e independência de que hoje desfruta.

Nisso contamos com a colaboração de dois promotores aposentados de São Paulo, que foram colegas do Plínio, e acabaram por dar equilíbrio e consistência jurídica àquele capítulo, hoje consubstanciado nos Art. 127 a 130-A, da Constituição, ao que me lembro.

Memória MPM – *O capítulo do Ministério Público encontrou resistências na Assembleia Nacional Constituinte. Existiam setores organizados contra aspectos do capítulo? O senhor se recorda disso? Quais foram os principais obstáculos que o capítulo precisou vencer para ser aprovado?*

Francisco Leite Chaves – Pois é, as comissões funcionavam independentemente, cada uma cuidando do seu mister. Como a do Judiciário era muito técnica, os seus trabalhos tinham pouca ressonância pública.

Alguma resistência dos flancos mais conservadores, numa antevisão do que está acontecendo hoje com o “Lava a Jato”. Jamais se poderia pensar na prisão de grandes empresários neste país. Não fosse essa independência concedida ao MP, isso jamais ocorreria. Somos um país flagelado pela

corrupção desde a época das caravelas, havendo hoje a esperança de conserto, não só por isso, como sobretudo pelo levantar-se das multidões. Seja, a formação de opinião pública consciente que, a esse nível, governa a sociedade e o mundo.

Memória MPM – *O Brossard foi ministro da Justiça entre fevereiro de 1986 e janeiro de 1989, quando então foi nomeado para o Supremo. Como foi a relação com ele durante a Constituinte?*

Francisco Leite Chaves – A nomeação do Brossard para o Ministério foi uma sugestão minha ao Sarney, que se queixava da dificuldade de fazer as coisas andarem naquele momento no Senado. O Brossard tinha alta respeitabilidade nacional e dentro do partido. Tinha prestígio no Senado, tanto entre emedebistas e antigos oponentes do regime militar, quanto entre liberais. A origem política do Sarney estava na antiga UDN, que fazia oposição ao governo João Goulart, e em 1970 fora eleito senador do Maranhão pela Arena. Mas ele sempre cultivara o diálogo. O Sarney gostou da ideia e telefonou naquele momento mesmo para o Brossard, na minha frente. Passei-lhe o telefone. O Brossard não tinha conseguido se reeleger em 1982 e nesse momento ocupava a Consultoria-Geral da República. Ele disse que estaria em Brasília na seguinte quinta-feira para uma sustentação no Supremo e que iria conversar então pessoalmente com o Sarney. E foi, aceitando o convite.

Memória MPM – *E tinha partido do Brossard a sua indicação para a Procuradoria-Geral de Justiça Militar, não é?*

Francisco Leite Chaves – Sim, o Brossard, embora um liberal, não era de modo algum um reacionário. Ele estava preocupado em consolidar a transição para a democracia. E uma peça nesse processo era a contenção dos

militares, para o que a Justiça Militar era estratégica. Do mesmo modo, como mencionei, ele entendia que a jurisdição militar deveria continuar existindo. Um pensamento também partilhado pelo Sarney. Então, eles acharam que um advogado na Procuradoria-Geral seria importante, porque imprimiria independência e havia, na época, a imagem de que a Justiça Militar jamais condenaria um reacionário identificado com o regime, haja vista o que acontecera com o caso do Herzog em 1975 e com o do Riocentro, em 1981, apenas para ficar nesses dois exemplos. Não que o Tribunal também não tivesse seus votos em discordância, ou não tivesse contribuído para aliviar a mão em alguns momentos, mas a imagem geral era essa. Eles tampouco se incomodaram com aquela história da minha prisão em 1964, isto é, não acharam que isto empanaria a minha biografia e o meu desempenho justamente na Procuradoria-Geral Militar, pois, afinal, a prisão não tinha sido por questões ideológicas, mas uma represália pela defesa que eu então fizera dos interesses trabalhistas dos bancários, em Londrina, no Paraná. Acabei aceitando a missão, muito embora do ponto de vista pessoal não houvesse vantagem. Pelo contrário, ganharia mais se tivesse me dedicado exclusivamente ao escritório.

Memória MPM – *O senhor chegou a pegar algum caso de Lei de Segurança Nacional?*

Francisco Leite Chaves – Poucos, se bem me lembro.

Memória MPM – *O senhor chegou a abrir algum inquérito ou denunciar alguém pela Lei de Segurança Nacional?*

Francisco Leite Chaves – Isso não. Já passara o tempo desses casos.

Memória MPM – *Voltando à Constituinte e ao presidente Sarney, ele podia ter interferido de forma mais decisiva no processo, mas não o fez, correto?*

Francisco Leite Chaves – Sim, ele respeitou o Legislativo, num momento em que isso foi muito importante. Ele vinha do Legislativo. Mesmo sendo oriundo da Arena, soube entender a relevância do contexto. Muita gente o critica, mas o fato é que ele foi fundamental para a transição da ditadura para a democracia. O Sarney era incrivelmente tolerante, inclusive quanto aos ataques que recebia, como mencionei. O Lula foi muito violento contra ele na oportunidade e mesmo assim pediu-me para não o processar.

Memória MPM – *Havia uma sucessão de escândalos explodindo na República, sem mencionar o fracasso sucessivo dos planos de contenção da inflação e de estabilização econômica...*

Francisco Leite Chaves – Sim, havia de tudo! Tabelamento de preços... Prendia-se boi gordo em São Paulo! Foi uma época de experimentalismo. O país melhorou muito de lá para cá, na economia, na infraestrutura, na democracia. Mas algumas dessas conquistas parecem estar sendo postas à prova no contexto da atual crise. Eu acho que é preciso ter cautela. Não vejo, no momento, clima para *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, como vem sendo exigido pelas manifestações de rua. Ela me parece bem-intencionada, sincera. Um *impeachment* atrasaria o país, geraria instabilidade institucional. Agora, além da complexa crise política e do desarranjo da economia, há uma grave crise no modelo de gestão, a começar pelo fato de o presidente Lula ter, em época de fartura, espalhado cabos eleitorais sem qualquer tradição, preparo ou qualificação em postos estratégicos da Administração. Há muitos casos que foram provocados por incompetência. Há extensões de projetos que

não podem ser feitas porque falta quem as execute. Às vezes, nas instituições, não há nem mesmo quem possa receber qualificadamente um visitante. Houve um retrocesso grande em termos de modelos e qualidade de gestão. O nível de quem está administrando, especialmente nos escalões intermediários ou de base, me parece muito precário. Não vai ser fácil recuperar isso. Paralelamente, há questões éticas que são escancaradas aos olhos de todos, mas a tendência é fazer tudo para não se enxergar. A Petrobras pode ter sofrido achaques de esquemas de corrupção, que foram temporários, pontuais. Parece que a coisa veio se agravando nos últimos anos. Mas numa instituição financeira, essa indistinção entre público e privado é sistêmica, como se sabe, porque sempre foi assim. O Banco do Brasil, executor da política financeira de governo, está com cinco diretores presos por corrupção, um deles em prisões da Itália e nas manchetes do mundo, dificultando os investimentos externos, de que tanto carece. E não há uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o que se passa. Um problema adicional no quadro atual é a falta de produção de novas lideranças na política. A gente não vê quase nada de novo, que seja consistente, aparecendo. Quem vai gerir o país nos próximos anos? A regra para o sucesso na Administração é que, de parte do candidato haja conhecimento, independência econômica e poder, nesta ordem, o que não acontece.

Mas esse vácuo cívico já era esperado. À queda de qualquer ditadura, seja civil ou militar, segue-se o vazio. Desaparecem os partidos, e as lideranças. As novas, sem cultura, sobretudo política, surgem corrompendo, como acontece, de que são prova os inquéritos e prisões ocorrentes.

Mas a alternativa é a democracia, uma máquina de lavar, que vai batendo e a sujeira, saindo. A constância democrática é que enseja o restabelecimento da normalidade constitucional. A sua imaturidade não

HISTÓRIAS DE VIDA

suportaria agora um *impeachment*, sem partidos estruturados, sem lideranças, os corruptos presos, ainda não julgados, e as massas nas ruas, ainda sem objetivos para o *day after*, seja, o depois.

Memória MPM – *Senador, muito obrigado pelo seu depoimento.*

Francisco Leite Chaves – Eu é que agradeço a lembrança do Ministério Público Militar da União para este registro. Por último, quero registrar a agradável surpresa que me ocorreu no dia da posse. Na Galeria dos Procuradores-Gerais, deparei-me com a foto de João Pessoa, mártir da Revolução de 1930 e meu conterrâneo da Paraíba. Ignorava que ele tivesse ocupado o cargo, anteriormente. Fui o segundo do Estado a exercê-lo.